



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Novo Xingu**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2024**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2024**

**PARECER Nº 047/2025**

**I – DOS FATOS**

Trata-se da análise de Impugnação apresentada pela empresa Delta Soluções em Informática Ltda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 03.703.992/001-01.

**II – DO PLEITO**

A empresa impugnante apresenta irresignações que em seu entendimento ferem ao princípio da competição e da isonomia. Apresenta impugnação e refere ilegalidades quanto aos seguintes itens: 1) **Exigência de 100% de características técnicas de áreas e funções do Sistema em conflito com a legislação e práticas do TCU** 2) **Ausência de dimensionamento de usuários para treinamento e impacto no preço da proposta, além de exigência de documentos não previstos na lei.** 3) **Ausência de previsão sobre suporte, atendimento técnico e acompanhamento permanente presencial no edital.**

Ao final requer imediata suspensão e retificação do certame, com a efetiva e substancial correção do texto e regras editalícias apontadas.

**III – DA APRECIÇÃO**

O Edital da licitação, também chamado de instrumento convocatório, convoca os interessados a participar da licitação, passando o processo para sua fase externa, estando já definidas as regras, o objeto e demais condições para a contratação.

Convém esclarecer que a impugnação apresentada pela requerente respeitou os requisitos legais de admissibilidade, especialmente no que toca à tempestividade e regularidade formal.

Ainda, cumpre dizer que o prazo para a resposta ao pedido de impugnação encerra-se hoje dia 07/04/2025, de acordo com o disposto na Lei de Licitações:

*Art. 164.*

*[...]*



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Novo Xingu**

*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

Passamos a análise da Impugnação por item.

**Quanto ao Item 1 - Exigência de 100% de características técnicas de áreas e funções do Sistema em conflito com a legislação e práticas do TCU :**

**Não assiste qualquer razão a impugnante.**

A exigência contida no item 6.5, letras D e E, do edital não se refere à comprovação de 100% da execução prévia, mas sim à demonstração técnica das funcionalidades ofertadas, com o objetivo de garantir a aderência total do sistema às necessidades da Administração Pública Municipal.

O edital não exige comprovação de execução integral (100%) como condição de habilitação, mas sim declaração e apresentação das funcionalidades ofertadas, com comprovação mínima de execução conforme os módulos relevantes — em atendimento ao disposto no art. 67, §1º, da Lei 14.133/2021 e às orientações do TCU.

Aliás a alínea, “c”, é a única que apresenta o percentual (50%). Evidentemente que as exigências são em respeito ao disposto no artigo 67, § 1º e 2º da Lei 14.133/21, e que não haverá prejuízo aos participantes.

(...)

*c) As empresas licitantes, deverão apresentar Atestado de capacidade técnica de pessoa jurídica de direito público ou privado que atenda a 50% do rol de sistemas e serviços, solicitados no objeto para Prefeitura Municipal, conforme segue:*

Assim, a exigência do edital não restringe indevidamente a competição, tampouco impõe barreiras ilegais ou desproporcionais à participação de licitantes. Pelo contrário, garante que a empresa vencedora tenha domínio técnico mínimo necessário para assegurar a eficiência e continuidade dos serviços públicos.

Portanto, não há violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade ou competitividade, visto que a exigência visa resguardar a eficiência da contratação, sem restringir a



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Novo Xingu**

participação de licitantes que demonstrem capacidade técnica para execução das parcelas relevantes do objeto.

**Quanto ao item 2) Ausência de dimensionamento de usuários para treinamento e impacto no preço da proposta, além de exigência de documentos não previstos na lei.**

**Não assiste razão a Impugnante.**

Em relação ao programa de treinamento o mesmo é inerente ao funcionamento e à operação dos sistemas a serem licenciados, sendo certo que as empresas do ramo têm ciência prévia do tempo e dos tópicos necessários os quais são voltados aos sistemas ofertados, e, portanto, a imposição de limites resultaria em perda de eficiência construída por cada empresa do mercado no treinamento operacional de suas ferramentas.

Outrossim, quando se trata de treinamento de sistemas, é importante salientar que o treinamento deve ser adaptável às necessidades dos usuários, o município apenas exige que a entrega qualifique a condição aos usuários de operação dos sistemas definidos no escopo do objeto.

No entanto ao contrário do alegado pela Impugnante, o edital especifica de forma objetiva os parâmetros mínimos para o treinamento dos usuários do sistema, conforme consta no Termo de Referência e Modelo de Proposta:

(...)

“CURSOS, WORKSHOPS, **CAPACITAÇÕES 14 VAGAS (ONLINE)**  
**6 VAGAS (PRESENCIAL)**”.

Logo, não procede a alegação de ausência de informações essenciais ao dimensionamento do treinamento. O edital fornece dados suficientes para formação da proposta, permitindo o livre e justo cálculo dos custos envolvidos.

**Quanto ao item 3) Ausência de previsão sobre suporte, atendimento técnico e acompanhamento permanente presencial no edital**

**Não assiste razão a Impugnante.**

O edital trata com clareza sobre o suporte técnico e acompanhamento, especialmente no item 1- Do Objeto:



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Novo Xingu**

**“O valor de suporte e de atendimento que não enseje serviço, será gratuito através de chamado ou ligação.”**

Ainda, o item 6.5, em suas alíneas “g” e “k”:

(...)

g) Declaração de disponibilidade de equipe técnica e acompanhamento do Help Desk: Apresentar declaração de que a empresa possui e disponibilizará durante toda a vigência do contrato, equipe técnica capacitada/qualificada de pronto atendimento suporte (Help-Desk) (...).

k) A empresa licitante deverá apresentar termo de garantia de atendimento a todos os requisitos dos produtos especificados neste edital, prazos, condições e o que consta em seus anexos, assim como, garantia de suporte técnico e acompanhamento permanente, até o término do contrato.

Portanto, as obrigações de suporte e atendimento (técnico e permanente) estão devidamente detalhadas. Não há omissão ou ambiguidade que comprometa a lisura do processo.

Estas previsões são suficientes para garantir clareza contratual e possibilitam a adequada precificação dos serviços, afastando a alegação de insegurança jurídica.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não. Além disso, o exame do procedimento restringe-se aos seus aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza fora do campo jurídico.

Diante do exposto, **opino**, salvo melhor juízo, pela **IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO** mantendo-se íntegro o Edital de Pregão Presencial nº 021/2024, em sua versão retificada.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Novo Xingu**

As exigências editalícias estão em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

São estas as considerações submetendo o presente parecer da impugnação proposta para análise.

S.M.J.

Novo Xingu, 07 de abril de 2025.

Alice Klahn Malmann  
OAB/RS 85519